



REVISTA INTER-LEGERE
WWW.CCHLA.UFRN.BR/INTERLEGERE

ESTADO E PODER NO ACRE: DA ELEVAÇÃO À DISTENÇÃO POLÍTICA (1962 – 1982) –

¹ NOTAS PRÉVIAS DE PESQUISA

**STATE AND POWER IN ACRE: TURNING FROM A TERRITORY INTO A STATE AND THE POLITICAL OPENING
(1962-1982) – PRELIMINARY RESEARCH NOTES**

Juliana de Souza Dantas

RESUMO

Estas notas prévias se referem a um projeto de pesquisa em desenvolvimento no PPGSC/UFRN. Tem, como objeto, a análise da dinâmica política do Estado do Acre, principalmente no tocante à prática política gerida pelas elites tradicionais, reafirmando a representação do privado no público, recorrentes no cenário nacional brasileiro.

1 INTRODUÇÃO

Estado e Poder no Acre: da elevação à distensão política (1962-1982) visa compreender em que medida, desde o movimento de elevação do Território do Acre à categoria de Estado, em 1962, bem como a estruturação e administração deste Estado no período da Ditadura Militar (1964-1982), até a redemocratização política, em 1982, há uma hipertrofização da estrutura administrativa, a partir de um processo de mudanças históricas efetivadas *pelo alto*, presente, em alguma medida, no Estado brasileiro.

Como é característico do movimento político brasileiro, as mudanças políticas ocorrem sempre a partir do bloco no poder, numa clara idéia de *conservar mudando*. Tradicionalmente operar mudanças, conservando a

¹ Projeto de pesquisa desenvolvido no Programa de Pós-Graduação Ciências Sociais/Universidade Federal do Rio Grande do Norte 2006.

estruturação social, jamais saiu de cena, onde a disputa pelo poder se dá a partir de correlação de forças da classe dominante.

No Acre também a disputa pela máquina do Estado sempre esteve centrada em determinadas mãos, constituindo-se nos *donos do poder*², que, em alguma medida, estavam centradas nas mãos dos *coronéis de barranco*, através de suas políticas populistas e centradas no poder burocrático, e sempre tiveram como intenção real a de representar seus interesses e os de seus correligionários, se destacando uma utilização da estrutura pública para fins pessoais e políticos.

Na verdade, essa política parece remontar a movimentos políticos anteriores à elevação do Território do Acre à categoria de Estado, período em que a política local era monopolizada por *caciques* do poder no Estado: Oscar Passos, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e José Guimard dos Santos, filiado ao Partido Social Democrata (PSD), que foram os personagens que ficaram marcados na história acreana no processo de autonomização do Território do Acre.

Por muitos anos, a questão da autonomia política do Estado foi palco para disputas no plano ideológico, incorrendo em duas idéias contrárias: uma, favorável à autonomia, por parte de Guimard dos Santos; e outra, endossada com discursos contrários, por parte de Oscar Passos.

A elevação do Território do Acre a Estado foi, enfim, aprovado, pleiteado pelo então deputado federal Guimard dos Santos, pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente, na época, João Goulart, em 15 de junho de 1962, sob a Lei Nº 4.070. Estava, portanto, criado o mais novo Estado da Federação Brasileira. Nesta perspectiva, configurou-se um novo cenário político no Acre, uma vez que neste momento a sociedade acreana passa a ter o direito de escolher seu governador. Assim, a primeira eleição constitucional ocorre em 07 de outubro de 1962.

Naquele momento quem vence o pleito é José Augusto (PTB), contra José Guimard dos Santos (PSD). O eleito é um jovem político (com

² Conceito cunhado e amplamente discutido por Raymundo Faoro em *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, 2001.

apenas 34 anos de idade) que já tinha sido deputado federal, nas eleições de 1958, como suplente do deputado Oscar Passos (PTB).

Quando assume o Governo do Estado do Acre, em 1º de março de 1963, parecia que romperia a lógica dominante de representação de interesses particulares de um punhado de políticos tradicionais. No entanto, seu governo foi marcado por muitas oposições, tanto internas ao PTB, quanto externas (PSD). A estruturação de seu governo, absorvendo técnicos de outros Estados, causou frustração quanto às expectativas de domínio da máquina governamental, que se esperava desse abrigo aos acreanos.

O PTB se sentira preterido ao não ser considerado na composição do secretariado. Os secretários de Estado, em grande número, eram estranhos aos acreanos e descompromissados com o partido, indo contra o princípio “O Acre para os Acreanos”, lema de toda a campanha, recorda o ex-deputado Adonay Santos, líder do PTB na época. (OLIVEIRA, 2000, p.62, grifo da autora).

Além das críticas e oposições quanto à sua forma de governar, José Augusto, com apenas 11 (onze) meses de mandato, foi obrigado a renunciar ao seu cargo para que o Capitão Edgard Pedreira de Cerqueira Filho assumisse o Palácio Rio Branco. Assim, termina o ideário de emancipação política acreana.

Com a posse do Cap. Cerqueira Filho, em maio de 1964, inicia-se no Acre, diferentemente³ da maioria dos Estados brasileiros, o longo período da Ditadura Militar, no qual passam a ser nomeados os governadores pela União. Ao todo, foram 06 (seis) os governadores indicados durante todo o período ditatorial (1964-1982).

Ao longo dos anos, a máquina do Estado do Acre foi sendo governada por interventores que, na maioria das vezes, eram de outras localidades e, portanto, alheios ao cenário acreano. Essa nova política imposta, de uma forma ou de outra, limitava a ação das elites políticas locais.

³ Diferentemente porque, no Acre, apenas após dois meses do golpe militar se implementou a ditadura militar. No restante do Brasil, as eleições estaduais ocorrem, normalmente, em 1965, havendo eleições indiretas somente em fevereiro de 1966, quando foi decretado o AI-3.

Mas, sem perder de vista seus interesses, buscavam atendê-los, fazendo-se representar na máquina burocrática do Estado.

Vale lembrar que, no Estado do Acre, a economia gira, principalmente, em torno da burocracia e quem a controla garante a sua participação, tornando-se o maior empregador do Estado, uma vez que não há um parque industrial relevante que possa dinamizar a economia, existindo apenas indústrias de pequeno porte, ainda muito centradas na família, e um comércio ainda muito incipiente; assim, toda a economia gira em torno da administração pública.

O poder centralizado do Estado, característico da sociedade burguesa, nasceu na época da queda do absolutismo. As duas instituições mais típicas dessa máquina governamental são a burocracia e o exército permanente. Marx e Engels falam várias vezes, em suas obras, das inúmeras ligações dessas instituições com a burguesia. (LÊNIN, 1979, p. 37)

Neste sentido, como observa Gramsci, tanto mais o Estado é atrasado economicamente, mais ele estará centrado apenas na dominação da sociedade política (Estado restrito). Por sua vez, quanto mais desenvolvido o Estado, mais existe a possibilidade de controle pela hegemonia, uma vez que há a incorporação, na direção política, da sociedade civil, ou seja, aparecem no processo de organização do Estado as diversas frações de classe da sociedade, convergindo, assim, para a estruturação do Estado moderno ou Estado ampliado.

Assim, a temática deste projeto diz respeito à análise da estrutura política governamental e sua dinâmica, buscando compreender as bases de estruturação e manutenção do Estado do Acre, do movimento autonomista até o processo de distensão⁴ política, desembocando na redemocratização, nas eleições de 1982, precisando-se como se articulam as relações de público e privado.

Como hipótese central para nortear este trabalho, partimos da idéia de que as práticas políticas no Estado do Acre são pautadas por mudanças políticas *pelo alto*, alijando do processo de participação na direção política a

⁴ Termo utilizado largamente na literatura política brasileira para se referir ao processo de reabertura política brasileira no pós-1964.

sociedade civil. Neste sentido, para tentar compreender a dinâmica política acreana, busca-se apreender em que medida essa característica se apresenta na disputa pela máquina do Estado desde o Movimento Autonomista,⁵ bem como na gestão dos Governos ao longo da Ditadura Militar, e ainda no processo de abertura política, pós-1964; uma vez que nesses momentos, histórico, político, econômico e social, são representados os interesses das classes dominantes.

Portanto, o presente trabalho versa sobre a questão da relação entre Estado e sociedade civil, construindo, ao longo do desenvolvimento histórico, uma hipertrofização da burocracia do Estado, supondo que as mudanças políticas, representadas na história política do Estado, não passaram de um transformismo *pele alto*, não chegando a representar uma reorientação na concepção de Estado, que rompesse lógicas tradicionais, nem tampouco uma apreensão do público, como de fato ele deveria ser, pelas classes dominantes no poder, bem como a sociedade civil em geral.

A partir dessas práticas, as relações do Estado com os movimentos sociais e sindicatos, mesmo nos momentos de maior abertura política, sempre se pautaram pela cooptação e distribuição de cargos, o que aponta para o fato de que até mesmo a sociedade civil assimilou, de certa forma, a cultura patrimonialista, de representação do privado no público, isto porque, como disse Gramsci, o Estado é a própria sociedade organizada.

2 JUSTIFICATIVA

O Estado do Acre, sendo de economia eminentemente rural, teve seu processo de urbanização assentado na administração pública. Isso porque em meados da década de 1970 houve uma aceleração da migração campo/cidade, associando a isso o aumento do número de habitantes, dobrando a densidade populacional, principalmente, da capital, Rio Branco. Essa estruturação concorrerá par o aumento significativo do funcionalismo,

⁵ Movimento Autonomista foi um grupo de políticos e intelectuais que se aglutinaram para lutar pela elevação do Território do Acre a Estado. Essa organização se apresenta em vários momentos, desde a Revolução Acreana, mas neste trabalho observaremos o movimento que desembocou na assinatura da Lei N° 4.070, que eleva o Acre a Estado.

uma vez que a estrutura do Estado, nesse momento, está se conformando, principalmente a partir da prática de entrada na burocracia do Estado por indicação ou apadrinhamento político, concorrendo, assim, para uma concentração de poder no Estado, via seu aparelhamento.

Esta característica instiga a se buscar compreender as raízes da utilização da máquina burocrática desse Estado, que é uma alternativa sempre bem sucedida por parte dos *donos do poder* em âmbito nacional e também no Estado do Acre. Tal centralismo “no Estado indica que o grupo dirigente está saturado, transformando-se num corrilho estreito que tende a perpetuar os seus mesquinhos privilégios controlando, ou inclusive sufocando, o surgimento de forças contrastante” (Gramsci, 1988, p.83).

Assim sendo, partimos da suposição de que as *mudanças moleculares* protagonizadas no Estado não foram desencadeadas pela sociedade civil, pois a estratégia da classe dominante é de um *transformismo* que ignora e hipertrofia as relações políticas das classes subalternas, muitas vezes incorporando, molecularmente, tais classes, já quase sem nenhuma capacidade crítica, no âmbito do Estado (Gramsci, 2002), garantindo, desta forma, tão somente a representação da classe política dirigente na burocracia, pautada num *elitismo sedição e excludente*.

A idéia de *transformismo*, na teoria gramsciana, se refere à estratégia das classes dominantes de operar mudanças sem que seja necessário transformar a estrutura social e política, parecendo que houve modificações mas sem perder de vista o poderio das classes dirigentes.

Assim, constata-se que a discussão da cultura política acreana ainda é muito incipiente, principalmente tendo como chave interpretativa as categorias gramscianas, pois os estudos referentes ao Estado estão particularmente voltados à reconstituição historiográfica, e, portanto, acrítica do processo.

Decerto, este estudo pode representar uma contribuição científica às Ciências Sociais, haja vista que as discussões acerca desse tema ainda estão pouco exploradas. Salienta-se que podemos encontrar obras que tangenciam tal discussão, não como tema central, dentre elas: *Educação Básica no Acre*,

1962-1983: imposição política ou pressão social. (2000.) da Prof^a Edir Figueira Marques de Oliveira e a obra do Prof. Pedro Vicente da Costa Sobrinho, *Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental* (1992).

Entende-se, assim, que este trabalho será relevante para a compreensão da política acreana, ajudando a compor o quadro teórico/científico da dinâmica da política tanto local quanto nacional.

3 OBJETIVOS

3.1. Geral:

Analisar, sob a ótica materialista/histórica, a partir das categorias de Gramsci, as características da dinâmica política acreana, do movimento dos autonomistas (1962), perpassando por todo o período da ditadura (1964-1982), até os momentos da distensão militar (1982), buscando compreender em que medida esse processo é gerido pelas elites tradicionais, reafirmando a representação do privado no público, recorrentes no cenário nacional brasileiro.

3.2. Específicos:

- a) Identificar no movimento dos autonomistas as características patrimonialistas;
- b) Analisar o processo de disputa pelo poder e as eleições no Acre, em 1962;
- c) Averiguar o processo de nomeação dos governadores de 1964 a 1979;
- d) Apreender o processo de redemocratização no Estado em 1982;
- e) Perceber que relação há entre a prática patrimonialista e a economia acreana, tanto pública quanto privada;
- f) Examinar a estruturação burocrática do Estado ao longo do período em análise.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se realizará em dois momentos distintos e complementares. Inicialmente, será feita uma discussão aprofundada dos conceitos chaves que serão recorrentes ao longo da investigação, tais como: Estado, Poder, Patrimonialismo, Política, Hegemonia, Revolução Passiva, Público e Privado.

Em um segundo momento, dar-se-á a pesquisa de campo, buscando documentos oficiais e dados históricos organizados, principalmente pelo Museu da Borracha e Centro de Documentação e Informação Histórica (CDIH) da UFAC, para compor o quadro proposto para esta pesquisa. Tais informações coletadas serão complementadas com entrevistas de alguns envolvidos na política acreana.

5 REFERÊNCIA TEÓRICA

Para que se possa compreender a disputa pela máquina do Estado e pelo poder, que tem características patrimonialistas, recorreremos à discussão dos conceitos de Estado, Poder e Patrimonialismo, com a perspectiva de que tais conceitos nos conduzirão a uma melhor compreensão acerca da temática proposta.

Neste momento, não se tem a pretensão de esgotar essa discussão, mas apenas fazer um debate preliminar no tocante à referência teórica que norteará a referida pesquisa, tendo a plena convicção de que outros conceitos serão incluídos neste trabalho, tais como: Hegemonia, Política, Revolução Passiva, Transformismo.

5.1 Estado e Poder

Tradicionalmente, nas Ciências Sociais, e em particular nas Ciências Políticas, tem-se discutido o conceito de Estado sob várias óticas e diversas linhas teóricas de pensamento. Nesta pesquisa, a linha que norteará a construção do conceito de Estado é a perspectiva marxista.

O conceito de Estado na tradição marxista ganha diversas interpretações que vão desde o conceito elaborado por Marx/Engels (1998), passado pela reinterpretação de Lênin e Gramsci, até conceitos mais recentes, como os de Poulantzas.

Segundo Marx/Engels, o Estado é uma criação e, ao mesmo tempo, artífice do desenvolvimento econômico das sociedades capitalistas. Nesta perspectiva, o Estado jamais seria uma entidade independente, mas comporia a lógica de produção e reprodução do capital.

Como diria Engels em *A origem da família, da propriedade e do Estado* (1997), o Estado surge num momento em que a sociedade encontrava-se em uma luta entre classes antagônicas que ameaçavam sua própria sobrevivência e, para não se destruírem mutuamente, houve a necessidade de se erguer uma força que estivesse acima dessa sociedade, força essa que apareceria como “neutra” e com a função de apaziguar os conflitos e as lutas sociais.

Nesta perspectiva, o Estado é entendido como uma entidade que só aparentemente conciliaria as classes antagônicas, mas que na verdade é uma criação que legitima a submissão de uma classe pela outra e que somente na medida em que uma estivesse controlando os conflitos poderia existir *paz*. Mas, segundo Marx/Engels, em uma sociedade estruturada a partir de classes sociais com interesses antagônicos jamais haverá conciliação.

Na perspectiva gramsciana, a concepção de Estado é ampliado, não se entendendo o Estado apenas como o aparelho governamental e repressivo (sociedade política), mas também como aparelho “privado” de “hegemonia”⁶ (sociedade civil), ou seja, “deve-se notar que [...] na noção de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção).” (GRAMSCI, 1988, p.149).

Assim, o Estado é sempre o Estado que serve à classe mais poderosa, e a classe mais poderosa é aquela detentora dos meios de produção que, por conseguinte, acaba controlando a economia, a base infra-estrutural da sociedade, erigindo a partir dela uma supra-estrutura ideológica,

⁶ Destaque de Gramsci (1988).

que garante sua reprodução a partir do controle hegemônico. Desta feita, não se pode separar Poder e Estado.

Por outro lado, a estrutura burocrática responde, em tese, à lógica da competência técnica, o que reforça a aparência do Estado como sendo neutro, representando os interesses gerais da sociedade. Contudo, na verdade, o controle do aparelho burocrático reforça o poder burguês, na medida em que esse espaço de *empregos* permite a absorção de componentes de outras classes ou fração de classe.

O primeiro ponto que deve ser considerado em relação à organização do Estado, que pode ser tomado como uma invariante, já que tem a ver com sua identidade é a constituição da burocracia estatal. Referendada, ao menos formalmente, em conhecimento e competência, a constituição dessa burocracia, via concurso, abre espaço para a participação de integrantes de diferentes classes sociais. Unem-se nesse processo dois elementos para emprestar a aparência de neutralidade ao Estado. De um lado, a possibilidade de acesso às diferentes classes sociais, colocaria-o acima das mesmas, por outro lado o conhecimento e competência técnica caracterizariam suas ações como administrativas e não políticas. (NASCIMENTO, 1999, p. 23)

Pode-se dizer que, mesmo que essa complexa estrutura burocrática *permita* a participação de diferentes classes no exercício do poder, ao mesmo tempo exclui os trabalhadores da gestão do Estado, mesmo quando os convida a participar, particularmente nos momentos eleitorais, caracterizando-se assim como uma burocracia contraditória, como afirma textualmente Tragtemberg:

Sob o capitalismo, a burocracia é assimilada pela burguesia; isso é revelado pelo aburguesamento dos altos funcionários que participam dos Conselhos de administração ou das rendas que provêm de suas ações das empresas.

A burguesia age antiteticamente: de um lado, responde à sociedade de massas e convida à *participação* de todos, de outro, com sua hierarquia, monocracia, formalismo e opressão afirma a *alienação* de todos, pela coação econômica, pela repressão política.

(TRAGTENBERG, 1992, p.190, grifo do autor).

Assim, o Estado passa a ser a esfera no qual se organiza esse poder, não se mostrando como um instrumento nas mãos da classe dominante, mas permeia todo o sistema. Se se restringisse a essa conceituação, as análises de situações concretas mais recentes, como as que se referem às efetivas melhorias verificadas nas condições de vida dos trabalhadores, no período pós-guerra, promovidas pelas políticas públicas, estariam comprometidas. Não se trata mais de uma classe que instrumentaliza o Estado para gerir seus negócios, mas de um Estado organizador, na medida em que organiza e representa os interesses políticos do *bloco no poder*, sempre comprometido com a reprodução do capital.

Poulantzas (1980) entende que o bloco no poder, em um dado momento histórico, equilibra os interesses das classes e frações de classe. Portanto, o Estado, “*como uma condensação de uma relação de forças*,” afasta-se do conceito de Estado-Coisa, tendo em vista as modificações por que passa a sociedade. Condensando materialmente os interesses da classe dominante, o Estado garante a reprodução da lógica do capital, a partir da rotatividade das frações de classe no poder.

Para análise da estruturação política brasileira, há teorias que divergem entre si, como é caso daquelas que entendem que, no Brasil, o atraso político estaria alicerçado na herança colonial de Portugal, como é o caso, principalmente, de Raymundo Faoro, que em *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro* propõe que houve ecos do *Estado Patrimonial* português no mundo brasileiro. (FAORO, 2001).

Entre outros autores, Werneck Viana (1997) analisa que não houve ecos, pelo menos não como propõe Faoro, uma vez que a dinâmica brasileira encontrou sua própria forma de estruturação a partir de sua vocação econômica. Houve, segundo ainda este autor, uma *luta* entre os iberistas e americanistas para a formação política brasileira. Desta feita, faz-se necessário discutir preliminarmente os conceitos de patrimonialismo, recorrendo a Weber e a seus continuadores no Brasil, tentando dialogar criticamente com esta posição.

Patrimonialismo é uma das manifestações da dominação política, no qual não há, perspectivamente, separação entre as esferas do público e do privado, embasando-se no autoritarismo e personalismo, num certo sentido, A administração patriarcal, longamente discutida pela teoria weberiana, remonta à organização da estrutura familiar pela autoridade do senhor, posto que tal administração era encarregada da administração das propriedades pessoais do senhor. Na medida em que se desenvolve a organização e, portanto, a ampliação do espaço de domínio, tem-se uma dominação política, em que um senhor passa a dominar outros senhores.

Originalmente, a administração patrimonial cuidava, especificamente, das necessidades puramente pessoais, sobretudo privadas, da gestão patrimonial do senhor. A obtenção do domínio “político”, isto é, do domínio de *um* senhor sobre outros senhores, não submetidos ao poder doméstico, significa então a agregação ao poder doméstico de outras relações de dominação, diferentes [...]. (WEBER, 1999, p. 240, grifo do autor).

Nesta perspectiva, o quadro de organização, que era circunscrito à família, e que nesta o patriarca conduzia de acordo com seus interesses e de forma ilimitada, levando em consideração os laços afetivos, insere essa prerrogativa na vida pública. A partir disso, há pouca distinção entre o público e o privado, como diria Sérgio Buarque de Holanda: “o quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública.” (HOLANDA, 1987, p.50).

Nas sociedades modernas, essa estruturação, a rigor, não deveria conter tais características, uma vez que se insere na organização do Estado a ordem burocrática/técnica, que tem como elemento central o caráter científico, garantindo a ordem no Estado. Nestas circunstâncias – o Estado, para fazer notar que há uma certa transparência –, os funcionários a passam ser recrutados de forma “democrática” e a partir da competência individual; a isso, Weber chama de “a ‘igualdade’ jurídica e a exigência de garantias jurídicas contra a arbitrariedade requerem a ‘objetividade’ racional formal da

administração, em oposição ao livre-arbítrio e à graça da antiga dominação patrimonial.” (WEBER, 1999, p. 216, grifo do autor).

Nas sociedades precariamente desenvolvidas, em que pese a inexistência de *administração racional-legal* concreta, a escolha dos funcionários, ou a destituição deles, está nas mãos do senhor, que designa o preenchimento dos cargos da estrutura burocrática do Estado a pessoas de sua confiança, não havendo de fato a distinção do público e do privado, pois o senhor visualiza a estrutura pública como um patrimônio seu.

Ao cargo patrimonial falta sobretudo a distinção burocrática entre a esfera “privada” e a “oficial”. Pois também a administração pública é tratada como assunto puramente pessoal do senhor, e a propriedade e o exercício de seu poder político, como parte integrante de seu patrimônio pessoal, aproveitável em forma de tributos e emolumentos. (WEBER, 1999, p.253, grifo do autor).

E nesse tipo de estrutura burocrática, o Estado se constitui em um objeto pessoal do senhor, que, portanto, arbitrariamente nomeia pessoas que nem sempre possuem a competência técnica para o exercício do cargo, nem tampouco concorrem de maneira democrática com outros indivíduos, debilitando assim, segundo Weber, o funcionamento do mecanismo burocrático.

Assim, a partir da apropriação da máquina burocrática do Estado, o governante passa a ter poderes quase que absolutos, negociando cargos e altos postos na administração, garantindo desta forma a sua permanência no poder e a perpetuação de seu governo.

Com o advento da sociedade do capital, o que se esperava era que minimamente essas práticas fossem banidas da organização do Estado, haja vista que esta nova organização seria pautada pela racionalidade. Ocorre que a burguesia resgata tais características para a gestão do Estado Moderno, como forma de garantir seu poder, caracterizando-se pela “privatização” da coisa pública.

Assim, a burguesia brasileira, no seu processo de *Revolução Burguesa*, utilizou o Estado fazendo a unificação do poder político e da dominação econômica. O que parecia ser uma revolução nas estruturas como

um todo converteu-se em “procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente.” (FERNANDES, 1987, p. 207).

Desta feita, a revolução burguesa significou um reforço no tipo de dominação oligárquica, e não numa ruptura com essa característica patrimonialista de *privatização* do público, pois os *donos do poder* necessitavam recompor o tipo de dominação, à época do Império, para garantir o desenvolvimento capitalista. Desta forma, há somente uma mera reconfiguração do domínio senhorial: o Estado sendo utilizado como propriedade privada pela classe burguesa, garantindo uma eficiente operacionalização dos seus interesses.

Não podemos desconsiderar, ao que Werneck Viana (1978) chama à atenção, que o público não é uma instância superior, separada do privado, mas estão ambas coabitando no mesmo plano: na sociedade civil. Isso porque a teoria liberal insiste, em seus discursos, que há separação, nas sociedades modernas, entre público e o privado, e que a economia está autonomizada do político.

Nesta medida, o Estado sempre foi pertencente à classe dominante, e só houve espaço, no aparelho burocrático do Estado, para estas pessoas, que se apropriam do *fundo público*, direcionando-o para seus interesses.

é o fato de todos os funcionários do Estado pertencerem à classe dominante, e não a pobreza da sociedade brasileira, que torna possível essa indistinção, bem como desnecessária a constituição de um “fundo público” radicalmente separado do patrimônio privado dos membros das classes dominantes. (SAES, 1999, p. 114).

Desta monta, para a realização do capital, é imprescindível que haja de fato a absorção do privado pelo público; esta é a “forma superior do Estado capitalista, suprimindo-se sua aparência ideal e pondo-a a serviço direto do desenvolvimento do modo de produção que lhe é correspondente.” (WERNECK VIANNA, 1978, p. 21).

O que é interessante compreender é que, mesmo com a inserção no Estado de uma administração *racional-legal*, ainda persistem, em muitas

regiões brasileiras, e de forma não diferente no Acre, a organização do Estado nas mãos da elite política, numa clara conformação do alijamento das classes subalternas como protagonistas do real, operando mudanças *pelo alto*.

REFERÊNCIA

CALIXTO, Valdir de Oliveira; SOUZA, Josué Fernandes de; SOUZA, José Dourado de. **Acre**: uma história em construção. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1985.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental**: contribuição à história social das lutas sindicais no Acre. São Paulo : Cortez, 1992.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. Ver. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. 6. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. **Concepção Dialética da História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1987.

_____. **Cadernos do Cárcere**, volume 5. Tradução e edição de Luiz Sérgio Henriques, co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 19ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

IANNI, Octávio. **A formação do Estado populista na América Latina**. 2. ed. rev. amp. São Paulo : Editora Ática, 1989.

LÊNIN, V.I. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução. São Paulo : Hucitec, 1979.

NASCIMENTO, Eloisa Winter. **PT- impasses da esquerda no Brasil – Tese de Doutorado em Sociologia**. São Paulo : USP, 1999.

POULANTZAS, Nico. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. 3. ed. RJ : Graal, 1990.

OLIVEIRA, Edir Figueira de. **Educação básica no Acre, 1962-1983: imposição política ou pressão social?** E.F.M. Oliveira, 2000.

SOUZA, Jessé. *Max Weber, patrimonialismo e a singularidade cultural brasileira.* IN COSTA, Silvio (Org.). **Concepções e formação do Estado Brasileiro.** São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

SAES. Décio. *Uma interpretação marxista da evolução do Estado no Brasil.* IN COSTA, Silvio (Org.). **Concepções e formação do Estado Brasileiro.** São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

TRAGTENBERG, Mauricio. **Burocracia e Ideologia.** 2. ed. São Paulo : Ática, 1992.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn – Brasília, DF : UNB, 1999.

WERNECK VIANA, Luiz. **A Revolução Passiva:** iberismo e americanismo no Brasil. - Rio de Janeiro: Revan, 1997, 2. ed., revista e ampliada, 2004.

_____. **Liberalismo e Sindicato no Brasil.** 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.